



Emendas do PPCUB são avaliadas por técnicos

Antes da sanção de Ibaneis Rocha, a Seduh vai analisar propostas incluídas no documento aprovado pelos distritais, com possibilidade de veto em algumas delas. Urbanistas defendem criação de um conselho de preservação

» PABLO GIOVANNI
» NAUM GILÓ
» LETÍCIA GUEDES

Com a aprovação do projeto que trata do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), na última quarta-feira, na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), o texto seguirá para uma análise dos técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) antes da sanção do governador Ibaneis Rocha (MDB).

Interlocutores do Palácio do Buriti relataram ao **Correio** que algumas das 106 emendas aprovadas pelos distritais não irão prosperar, indicando que poderá haver vetos ao texto original modificado pelos parlamentares. O Projeto de Lei Complementar 41/2024, por ser bastante extenso, ainda não foi publicado no Diário da Câmara Legislativa (DCL), mas a previsão é que isso ocorra até o fim da próxima semana.

O líder do governo na Câmara Legislativa, Robério Negreiros (PSD), destacou a importância da aprovação do PPCUB. Segundo ele, representa um avanço crucial. “Após quase 15 anos de intensos debates, conseguimos dar um grande passo para atender à necessidade do DF de um plano único para a preservação, uso e ocupação do solo. Agora, temos uma lei que trará clareza e transparência, garantindo segurança jurídica, desenvolvimento local e modernização da nossa área tombada”, afirmou Negreiros.

Ontem, durante uma agenda no Sol Nascente, Ibaneis comemorou a aprovação do projeto e criticou a oposição, que tentou obstruir a tramitação da proposição na Casa. “Quero agradecer à CLDF, especialmente aos deputados da base, pela excelente votação de ontem (quarta-feira) e, principalmente, por colocar a oposição em seu lugar”, disse.

“A oposição tem o direito de reclamar, de apontar erros, porque não têm tempo para reconhecer as qualidades. Nunca vi um deputado de oposição elogiando o governo”, provocou Ibaneis, que classificou como histórica a aprovação do PPCUB, elaborado ao longo de 15 anos pelos governos locais e entidades civis. “A região central da cidade estava passando por um processo de desorganização, sem regras adequadas. A legislação era muito antiga, e o debate com a sociedade do DF foi extenso”, observou.

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Risco ao patrimônio: a possibilidade de novos hotéis de 12 andares pode aumentar o número de painéis publicitários em fachadas de prédios da região central do Plano Piloto

Em resposta às declarações de Ibaneis, o deputado Fábio Felix (PSol) o acusou de desconsiderar a preservação do tombamento da cidade. Segundo Felix, o objetivo de Ibaneis é provocar os opositores, quando a intenção dos parlamentares era de um debate mais profundo sobre o projeto.

A presidente regional do Partido Socialismo e Liberdade (PSol), Giulia Tadini, anunciou que ingressará com uma ação judicial contra a aprovação do PPCUB. Para ela, o texto prejudica a preservação ambiental da capital federal. “O PSol-DF está estudando medidas para judicializar o PPCUB. Entendemos que o texto aprovado ontem não teve o debate adequado e reforça uma concepção elitista e excludente da cidade, sem o devido cuidado com a preservação ambiental. Brasília não está à venda”, declarou Giulia.

O diretório do partido avalia quais medidas apresentará à Justiça, com a matéria devendo seguir para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

Setor produtivo

Para José Aparecido, presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF), a aprovação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) representa um avanço significativo para a cidade. Segundo ele, o projeto permitirá uma gestão mais eficaz e moderna do território do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB).

“A proposta é fundamental para a capital porque reúne toda a legislação urbanística atualizada, permitindo que a cidade se desenvolva sem perder suas características de tombamento e de patrimônio da humanidade”, destacou Aparecido.

Ele também ressaltou a segurança jurídica proporcionada pelo PPCUB, que estimulará investimentos empresariais em novos projetos e desbloqueará diversos segmentos do setor produtivo, como o comércio de bens, serviços e turismo. “O PPCUB traz segurança jurídica para que os empresários possam investir em novos projetos e destrava diversos segmentos do setor produtivo”, completou o presidente da federação.

O que muda

» Liberação do uso residencial da orla no Trecho 3 do SCES sem estudo viário e de drenagem;

» Liberação de varanda nos prédios residenciais 1,5m (puxadinho do prédio) sem pagar concessão do Governo do Distrito Federal;

» Construção de comércios varejistas de alimentos e bebidas, e autorização de lojas de materiais de construção nos Setores de Embaixadas Norte e Sul;

» Liberação de lojas, restaurantes e um camping no gramado que fica no fim do Eixão Sul.

Interesses

O professor de urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urba-

nismo (FAU) da Universidade de Brasília (UnB), Benny Schvarsberg, avalia que o PPCUB aprovado pelos distritais fez muitos cheques em branco, destinando muitas áreas para parcelamento sem projetos definidos, cujas futuras elaborações ficariam a cargo da Seduh e da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap). “Desse ponto de vista, o PPCUB dá superpoderes para os dois órgãos, o que é perigoso, porque pode privilegiar interesses particulares no lugar do interesse público”, analisou.

O professor da UnB também avaliou negativamente a abertura de novas áreas para parcelamento, como ao lado do Setor de Clubes Esportivos Sul, no Eixo Monumental e nas quadras 700 e 900 da Asa Sul e da Asa Norte. “São áreas que não estavam destinadas a isso, conforme a concepção original do Plano Piloto. Isso também pode privilegiar interesses particulares do mercado imobiliário nessas áreas”, advertiu.

Por outro lado, o professor vê de forma positiva a criação de um conselho para a preservação do patrimônio de Brasília, previsto no texto aprovado pela CLDF. “Mas o

plano não fala como esse conselho seria montado, porém acredito que ele deva ter representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do Governo do Distrito Federal (GDF) e representantes técnicos da sociedade civil, como do Instituto Arquitetos do Brasil (IAB) e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)”, opinou.

Schvarsberg sustenta que o conselho é fundamental para o acompanhamento da implementação do PPCUB, da política de preservação e das diretrizes das quatro escalas. “Pena que não está detalhado no projeto como seria esse conselho, mas espero que seja instituído o mais rápido possível”, afirmou.

O especialista ainda destaca que a Portaria 166/2016 do Iphan, que visa garantir para a presente e futuras gerações a preservação dos valores históricos do Conjunto Urbanístico de Brasília, segue sendo a referência mais importante para a preservação do patrimônio de Brasília. “O PPCUB deixa uma lacuna de instrumentos urbanísticos para a preservação e a portaria ganhou ainda mais importância”, observou.

Preocupação com painéis na região central

Com o PPCUB aprovado pelos deputados distritais, abre-se a possibilidade de construção de edifícios mais altos nos setores hoteleiros Sul e Norte e, consequentemente, de instalação de mais painéis irregulares de LED na região central da cidade, devido ao projeto de lei aprovado pela CLDF na semana passada e encaminhado à sanção do governador Ibaneis.

De autoria dos deputados

Wellington Luiz (MDB) e Jorge Vianna (PSD), as duas proposições — Projeto de Lei nº 985/2024, em tramitação conjunta com o PL nº 1.066/2024 — alteram o Plano Diretor de Publicidade do Plano Piloto, Cruzeiro, Candangolândia e Lagos Sul e Norte. A proposição permite a instalação de meios de propaganda na área central de Brasília, no Setor de Diversões Norte (SDN) e no Setor de Diversões Sul (SDS),

especificamente, nos setores Cultural Norte e Sul, Hoteleiro Norte e Sul e na comercial Norte e Sul.

O conselheiro superior do Instituto Arquitetos do Brasil (IAB), José Leme, considera as mudanças na legislação permissivas. “Claro que fere o tombamento. Painéis alteram as fachadas e, portanto, o conjunto urbanístico”, alertou.

Leme ressaltou, porém, que o tombamento não é proibitivo para

qualquer intervenção. “Uma ou outra alteração pode ocorrer, a depender do projeto. O que não pode haver é uma lei permissiva”, ponderou. “Há de haver espaço para modificações, para intervenções do bem, que não quebrem a memória abruptamente”, acrescentou.

Escalas

A vice-presidente do Conselho

de Defesa do Patrimônio Cultural do DF (Condepac-DF) e membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos-DF), Angelina Quaglia, lembra que Brasília é uma cidade que possui características específicas em cada uma das escalas como composição da paisagem. “Qualquer modificação nessas paisagens, estejam estas relacionadas aos edifícios, ruas, praças

e espaços bucólicos, dentre outros, devem ser muito bem estudadas”, explicou.

Antes de instalar os painéis de publicidade, a arquiteta propõe estudos mais aprofundados. “Em especial para evitar barreiras visuais em áreas onde a permeabilidade visual seja necessária, ou onde o impacto possa gerar poluição visual, impactando na paisagem”, ressaltou.